

A VIDA NA *POLIS* COMO EXIGÊNCIA PARA A FELICIDADE DO HOMEM

Juliano Neres de Campos*

Resumo: O presente artigo tem por objetivo apresentar o conceito de felicidade na perspectiva de Aristóteles. A análise visa compreender o conceito de felicidade, mostrando que o homem só atinge este bem supremo atuando racionalmente e vivendo em comunidade. A presente pesquisa visa explicitar como a felicidade está presente na vida ética do homem necessitando ele da sociedade para viver de forma plena e feliz. O pano de fundo deste debate pressupõe que a felicidade é o fim último do homem que a busca através de sua vivência com outros homens.

Palavras-chave: Felicidade. Polis. Aristóteles. Ética. Cidadão.

19

1. INTRODUÇÃO

Aristóteles marcou o mundo grego e, posteriormente, o mundo ocidental, elaborando uma rigorosa sistematização do saber e do conhecimento. Parte de seus escritos é dedicada aos saberes práticos, isto é, à ética e à política. É sobre este assunto que trata o presente trabalho, sobretudo sobre a ética, cujo objetivo é refletir sobre a felicidade e o caminho para atingi-la. Do ponto de vista prático, a virtude e a vida na polis são o caminho que conduz o homem à felicidade. No que segue será apresentado um itinerário filosófico concebendo a ética como o saber que possui como fim último a felicidade do homem na polis, a partir dos Livro I e X da *Ética a Nicômaco*. A pergunta que estará no horizonte de nossa investigação é esta: qual o caminho para a felicidade?

* Cursa o último semestre do curso de Filosofia pelo Centro Universitário Claretiano (polo de Vitória da Conquista - BA). Uma versão do presente texto foi apresentada, com título e conteúdo distintos, como Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) para a obtenção do grau de Bacharel em filosofia. Contato: julianodj2010@hotmail.com.

Na primeira parte apresentaremos o conceito de felicidade como base da ética de Aristóteles. A ética, para este filósofo, é uma reflexão prática que estuda a conduta humana tendo como uma reflexão teórica a ação moral e a indicação dos meios para o ser humano atingir a sua perfeição. Trata-se de uma ética com caráter absoluto em que o supremo bem é buscado em si mesmo e por si mesmo.

No item três apresentaremos o itinerário reflexivo de Aristóteles que identifica a como a finalidade perfeita e o bem supremo do homem. É fato que se busca bens em vista de outros bens, mas a felicidade é o único bem que deve ser buscado por si mesmo. Esse é o fim último ao qual o estagirita chama de *eudaimonia* e somente pode ser atingido pelo homem virtuoso, no uso correto de sua razão.

Por fim, após apresentar o caráter das virtudes, a partir de uma exposição das virtudes dianóéticas, retomaremos o tema da cidade e o cidadão.

Assim sendo, o objetivo principal deste trabalho é refletir sobre qual é o caminho que se deve percorrer para atingir a felicidade. Portanto, podemos abrir o questionamento: Qual o caminho para a felicidade? Esta pergunta será respondida ao longo do texto, dando mais ênfase ao segundo **20** capítulo, quando abordaremos sobre a felicidade.

Ressaltamos, por fim, que o caminho para a felicidade exige um esforço contínuo do homem para percorrer um árduo itinerário. Para isso, requer do homem, que seja de fato homem, que atue e viva racionalmente, visto que ele nem sempre se comporta de modo racional. Não obstante, sem uma base ética, o homem se torna simplesmente um ser vivo entre os outros seres. Mas este não é seu fim (*τέλος*).

2. A VIDA COMUNITÁRIA COMO PRESSUPOSTO PARA A VIDA FELIZ

É impossível falar de Aristóteles sem citar o seu mestre Platão. Afinal, ele fora seu discípulo mais brilhante e também o principal crítico da filosofia platônica. É aceitando parcialmente a filosofia platônica e fazendo uma oposição sensata ao mestre que, aos poucos, Aristóteles desenvolve o seu próprio sistema filosófico.

Rem relação ao tema que propomos discutir, ou seja, a felicidade, importa notar que há uma distinção do tema em Aristóteles de outros

conceitos, como afirma Nicola Abbagnano em seu *Dicionário de filosofia*. Para este autor, a felicidade como satisfação, difere do seu conceito como beatitude, como aparece na ética aristotélica:

Em geral, estado de satisfação devido à situação no mundo. Por esta relação com a situação, a noção de felicidade difere de *bem-aventurança*, que é o ideal de satisfação independente da relação do homem com o mundo, por isso limitada à esfera contemplativa ou religiosa (ABBAGNANO, 2000, p. 434).

A *eudaimonia* se identifica como o supremo bem. Ela compreende ainda diversos bens. No interior da teleologia aristotélica a felicidade é o fim último para o qual tende a ação humana. Por isso mesmo a felicidade é o âmago de sua ética. A partir da compreensão e da importância que ocupa o saber prático na filosofia aristotélica podemos entender melhor como o autor estrutura a noção de felicidade. Para o estagirita há apenas um modo do homem ser feliz: agindo eticamente, o que significa afirma viver de forma virtuosa, usar sua razão como critério do seu agir, buscando sempre o equilíbrio e evitando os extremos.

21

Ao direcionar a pergunta filosófica para as questões humanas, em torno do século V a. C., a filosofia grega fundou o que hoje chamamos de ética, ou seja, uma reflexão sobre o agir humano, concentrando a atenção sobre as virtudes. Aristóteles é um grande referencial dessa guinada filosófica, após Sócrates, sistematizando uma verdadeira filosofia prática. Sua sistematização do saber compreende a filosofia como ciência especulativa ou teórica; ciência prática; lógica; artes mecânicas e técnicas. Em sua hierarquização das ciências, ele situa em primeiro lugar as ciências teóricas e em seguida as ciências práticas.

Um dos problemas centrais da ética de Aristóteles é a pergunta sobre o “bem”. Segundo sua concepção, somente quem conhece o bem é capaz de agir de forma virtuosa e encontrar a felicidade. A felicidade, portanto, não se confunde com um mero sentimento, uma vez que não se trata de algo passageiro. A felicidade é o bem supremo para o qual deve tender a ação humana. Ela só é alcançada quando o homem usa retamente a sua razão, buscando os justos meios que proporcionam atingir aquele fim supremo.

Na *Ética a Nicômaco*, em seu primeiro livro, Aristóteles caracteriza, assim, o bem supremo: “[...] é evidente, então, que esse fim será o bem e, na verdade, o bem supremo” (ARISTÓTELES, *EN*, I, 1094a 20-22). Segue, portanto, que o fim do homem é o bem supremo, ou seja, a felicidade.

Segundo seu pensamento, o bem é o único caminho que leva o homem a viver bem com o outro na polis. A participação do cidadão na polis, o seu compromisso com a política, que visa o bem da polis, é o caminho para a felicidade. O homem não se realiza sozinho. A felicidade é um processo que envolve o compromisso com os outros e a corresponsabilidade com o destino da polis. Daí deriva o tema central desse trabalho: a vida na polis não se resume à política, mas torna-se uma exigência para felicidade individual e coletiva.

Consoante a perspectiva da ética aristotélica, o homem só viverá feliz na comunidade ao se comprometer com o bem supremo da polis. O homem foi feito para viver, melhor dizendo, para conviver em comunidade: ele é um ser de relação. O homem é, segundo Aristóteles, um animal social. Assim, podemos afirmar que o bem de cada homem é a felicidade, base de sua ética. Ela é a meta, mas também um caminho que todos devem **22** percorrer.

Ricken (2008), no capítulo V de sua obra *O bem-viver em comunidade*, afirma que “a ligação de virtude e felicidade no bem supremo é produzida pela comunidade humana” (RICKEN, 2008, p. 102). Quanto a isso, Aristóteles afirma que:

O bem que cada um obtém e conserva para si é suficiente para se dar a si próprio por satisfeito; mas o bem que um povo e os estados obtém e conservam é mais belo e mais próximo do que é divino (ARISTÓTELES, *EN*, I, 1094b 9-12).

Podemos afirmar, na esteira do foi dito acima que, de fato, o bem que se conquista em comunidade é o mais belo e pleno entre todos os bens possíveis para o homem. Esse é um elemento essencial da ética de Aristóteles, cuja base parte de um pressuposto político, uma vez que o bem em comunidade é o mais absoluto. Assim, a vida em comunidade é extremamente pressuposta como meio para a felicidade. Agora, vejamos o(s)

motivo(s) pelo(s) qual(s) para o estagirita, o supremo bem é a felicidade (*eudaimonia*).

3. FELICIDADE COMO BEM SUPREMO DO HOMEM

Na *Ética a Nicômaco*, Aristóteles descreve diversos tipos de bens como meios para obter um fim. A felicidade, no entanto, se diferencia dos demais bens buscados pelo homem por ser o único bem supremo. Esse é o fim último do homem: alcançar o supremo bem é encontrar a felicidade. Segundo sua argumentação, a felicidade é a favorita e a preferida entre todos os bens:

[...] cuidamos que a felicidade é, de entre todas as coisas boas, a favorita, mesmo sem ser levada em consideração com as outras. Se fosse levada em consideração com todas as coisas boas, ela seria preferível quando acrescentada de um bem - porque, por mais ínfimo que fosse, constituirá sempre um acréscimo de bem, e um bem maior é sempre a melhor possibilidade de escolha (ARISTÓTELES, *EN*, I, 1097b 17-21).

23

A felicidade é o maior bem que o homem pode adquirir. Se todos não soubessem sobre a grandeza e a perfeição da felicidade, ainda assim, com certeza, optaria em primeiro lugar por ela, pois ela é a maior virtude e o maior bem que o homem pode adquirir desejar adquirir. Nenhum bem relativo (riqueza, honra, sucesso, gozo e poder) pode ser buscado como fim último, mas apenas como meio, que, se retamente usado, pode contribuir para o ser humano atingir o bem supremo, como revela os estudiosos italianos:

Para Aristóteles, [a riqueza] é a mais absurda das vidas, chegando mesmo a ser vida “contra a natureza”, porque a riqueza é apenas meio para outras coisas, não podendo, portanto, valer como fim. O bem supremo realizável pelo homem (e, portanto, a felicidade) consiste em aperfeiçoar-se enquanto homem, ou seja, naquela atividade que diferencia o homem de todas as outras coisas. Assim, não pode consistir no simples viver como tal, porque até os seres vegetativos vivem, nem mesmo viver na vida sensitiva, que é comum também aos animais. Só

resta, portanto, a atividade da razão. O homem que quer viver bem deve viver sempre segundo a razão (REALE; ANTISERI, 1990, p. 203).

A *felicidade* é como a maior e mais insigne virtude do homem por ser ela é o melhor modo de vida que o homem pode desejar. Para o filósofo grego, nesse sentido, a felicidade é diferente do conceito comumente usado pelo senso comum. No uso comum, a felicidade é vista de forma relativa, uma vez que é comum a equiparação da felicidade com o prazer, a riqueza, a honra, a saúde, a posse de bens etc..

Certamente, tal compreensão é uma visão errônea sobre o que seja a felicidade no sentido aristotélico, embora possam ser meios – relativos não absolutos –, para conquista-la. Nesse sentido, conceber a felicidade como bem supremo é desconstruir ou ao menos relativizar a ideia de felicidade, baseado no senso comum. Na essência, o que geralmente as pessoas estimam como sendo a felicidade, não passa de meios que, quando corretamente usados, podem conduzir o homem à felicidade.

Outra distinção importante é esta: a felicidade, segundo Aristóteles, não se equipara aos sentimentos nem aos prazeres, pois não é um bem-estar efêmero. Trata-se de algo estável que se encontra na vida virtuosa e é orientada pela razão. Na *Ética a Nicômaco*, “[...] o homem bem-aventurado e feliz não o será apenas durante um só dia tal como não o será apenas por pouco tempo” (ARISTÓTELES, *EN*, I, 1098a 21-22). A garantia da perenidade da felicidade é expressa assim: “O feliz possuirá a estabilidade procurada na felicidade e permanecerá assim ao longo de sua vida” (ARISTÓTELES, *EN*, I, 1100b 17-18).

O homem que atinge tal felicidade é um homem realizado consigo mesmo e integrado à polis, muito diferente daquele que goza de um sentimento que é casual, que é acidental, fortemente egoísta. O pressuposto aristotélico é claro: aquele que procurar a verdadeira virtude, como seu fim último, consegue se realizar plenamente e mesmo em meios às intempéries da vida permanece resolutivo por toda sua existência¹.

¹ Essa insensibilidade, indiferença diante da dor, em Aristóteles pode ser qualificada de apatia (*apatheia*). A apatia será para os epicuristas e para os estoicos o meio de se alcançar a tão desejada *ataraxia*, isto é, a imperturbabilidade da alma.

Podemos afirmar, então, que a felicidade é a finalidade última do homem, pois todo Ser busca essa verdadeira felicidade como fim último de suas ações. Este é um bem que todo indivíduo pode atingir, contanto que este indivíduo seja uma pessoa virtuosa em todos os sentidos, pois a felicidade é também uma virtude.

Abbagnano (2000) explica a escala de bens que concorrem para a felicidade de acordo com o modo como são utilizados:

As pessoas felizes, segundo Aristóteles, devem possuir as três espécies de bens que se podem distinguir, quais sejam, os exteriores, os do corpo e os da alma. É verdade que “os bens exteriores, assim como qualquer instrumento, têm um limite dentro do qual desempenham sua função utilitária de instrumentos, mas além do qual se tornam prejudiciais ou inúteis para quem os possui. Os bens espirituais, ao contrário, quanto mais abundantes, mais úteis” (ABBAGNANO, 2000, p. 434).

Segundo essa explicação, as pessoas felizes são as que cuidam dos bens espirituais, aquelas que se preocupam e cuidam e cultivam os bens interiores, pois os bens externos são limitados e cumprem apenas a função de bens úteis e são capazes apenas de despertar no homem uma felicidade finita. 25

Um adversário da felicidade aristotélica é o argumento relativista em relação às ações. O pensamento baseado no relativismo é contrário à proposta ética de Aristóteles, uma vez que a ética aristotélica é ela mesma o fundamento da ação do homem. O relativismo, ao contrário, nega qualquer critério que possa fundamentar e tornar o bem supremo um valor em si mesmo.

A consequência do relativismo ético é afirmar a exigência ética, mas sem conseguir fundamentá-la em um único princípio, isto é, com o relativismo, a ética perde este sentido absoluto que possui em Aristóteles. É evidente que o relativismo possui uma contradição interna, visto que para negar algo é preciso afirmar outro. Em outras palavras, para negar a influência da ética na determinação do caráter humano, é preciso afirmar outra doutrina, qualquer que seja.

O declínio da concepção de felicidade como fruto da atividade racional ganhou espaço em várias correntes de pensamento e chegou aos tempos

hodiernos como uma ideia utilitarista, em que a moral-ética está identificada com o que é útil e com o que é benéfico para o indivíduo e, somente às vezes, benéfica à comunidade. A felicidade nos tempos atuais, muitas vezes, se resume ao prazer que o homem sente no momento em que goza do referido prazer e não algo que seja capaz de auxiliá-lo em suas ações e até mesmo no uso dos prazeres. A esse respeito, Aristóteles cita o exemplo de brincadeiras que despertam um prazer e bem-estar nos homens, mas que não são capazes de fazê-los alcançar a felicidade.

A felicidade não consiste, por conseguinte, numa brincadeira. E seria absurdo que o fim derradeiro da existência humana fosse uma brincadeira, isto é, que trabalhássemos e sofrêssemos uma vida inteira para podermos brincar. Nós podemos escolher tudo como um meio para um fim, exceto a felicidade. Ela própria é o fim último (ARISTÓTELES, *EN*, X, 1176b 28-32).

Com isso, podemos afirmar que a felicidade para Aristóteles consiste na vivência dos valores superiores, que refletem os bens internos. A felicidade não está em bens externos; ela se encontra na vida contemplativa²⁶ quando o ser humano se deixa guiar pela razão, evitando os extremos e vivendo a virtude em vista do bem supremo.

4. O GÊNERO DA VIRTUDE

Alguns axiomas das dez categorias de Aristóteles são perceptíveis na *Ética a Nicômaco* que afirma a virtude como sendo considerada sob dois pontos de vista: éticas e dianoéticas. A virtude ética é considerada uma disposição, mesmo que a alma possua paixões e faculdades. As virtudes dianoéticas são consideradas uma atividade própria da alma.

Aristóteles não exclui as paixões e as faculdades. Por sua vez, a virtude ética é caracterizada como uma disposição, ou melhor, como uma capacidade de escolher e assumir uma posição em relação aos sentimentos. As paixões significam a própria coisa; a faculdade, a potência de senti-la. A disposição para a escolha que gera o ato; este ato, sendo bom, torna-se virtuoso; sendo mal, torna-se não virtuoso.

4.1. Virtudes dianoéticas

Aristóteles entende a felicidade perfeita como virtude dianoética. A alma racional do homem se volta para dois aspectos: as coisas mutáveis da vida do homem ou para as realidades imutáveis e necessárias. Para se alcançar a felicidade perfeita há dois princípios que são usados como meios para atingir a virtude dianoética, isto é, a sabedoria e a sapiência.

A sabedoria consiste em o homem dirigir a sua vida, saber distinguir entre o caminho do bem e do mal e escolher o caminho que lhe trará a felicidade. A sapiência é o conhecimento que o homem adquire das coisas superiores. Para se adquirir tal princípio, é necessário a perfeição na atividade contemplativa, que, segundo Aristóteles, fará o homem chegar à felicidade perfeita. Quanto a isso, Franco Trabattoni (2018) afirma o seguinte:

A sapiência, de fato, é um conhecimento de caráter puramente teórico e, como tal, é distinto da sapiência de molde prático representada pela sabedoria. O exercício da sapiência consiste naquela pura atividade de pesquisa que, como vimos, é o mais alto grau da virtude racional do homem. A sabedoria, por seu lado, é uma forma de inteligência que se direciona à esfera especificamente prática (em sentido genérico, para Aristóteles, também o exercício da sapiência é uma prática), ou seja, ao mundo das virtudes éticas, das relações entre os homens, da política (TRABATTONI, 2018, p. 247).

27

Podemos compreender, claramente, a partir do que foi dito acima, a distinção que o filósofo grego faz entre a sapiência e a sabedoria, pois ambos são os dois principais aspectos que levam o homem a alcançar as virtudes dianoéticas, ou seja, a virtude mais perfeita que existe no homem. Reale e Antiseri, por sua vez, sobre o mesmo tema, afirmam:

Se reconhecemos que a atividade do intelecto distingue-se pela dignidade no sentido de que é uma atividade teórica, não visando nenhum outro fim para além de si mesma, tendo o prazer que lhe é próprio (o que ocorre para intensificar a atividade) e, por fim, se o fato de ser autossuficiente, de ser como que um ócio, de não produzir cansaço, porquanto é possível a um homem e tudo o mais que é atribuído ao homem bem-aventurado se manifestem em conexão com

essa atividade, então conseqüentemente, essa será a perfeita felicidade do homem quando cobrir toda a duração de uma vida, já que não há nada de incompleto entre os elementos da felicidade (REALE; ANTISERI, 1990, p. 206).

Podemos concluir, assim, que somente a vida contemplativa é capaz de conduzir o homem à perfeita felicidade. Essa formulação de pensamento já tinha sido discutida e afirmada por Sócrates e por Platão, mas é Aristóteles que consegue colocar Deus - concebido como motor imóvel -, como a mente suprema, capaz de fazer o homem atingir a felicidade.

4.2. Virtudes éticas

A virtude ética é uma ação do hábito. O hábito, para o filósofo, pode ser bom ou mal a depender do comportamento das pessoas. Os hábitos são fatores da virtude, são os meios em que se decide por virtude ou por vício. Uma virtude ética é sempre uma maneira de agir com justiça, ou seja, de forma correta.

Assim sendo, chegamos à conclusão de que as virtudes éticas, diferentes das virtudes dianoéticas, não são implantadas no homem, ou seja, não fazem parte de sua natureza. Esse tipo de virtude, o homem adquire através do hábito, quer dizer, através daquilo que pratica constantemente.

Desta forma, podemos dizer que as virtudes éticas são aprendidas e reforçadas através dos hábitos que adquirimos, testemunhadas pelo costume dos homens virtuosos. As virtudes éticas não são virtudes que se podem ser ensinadas, mas que devem ser vivida diariamente, à medida que o agente opta pelo que leva ao bem supremo que é a felicidade, que se desdobra na capacidade de fazer o bem.

5. A CIDADE E O CIDADÃO

Diante do que já foi afirmado anteriormente, podemos afirmar que a cidade, nasce como a forma última de comunidade humana. A cidade na concepção aristotélica é aquela organização que pode permitir aos homens uma “vida melhor”, como descreve Moisés Romanazzi Tôres, em seu artigo *Os conceitos aristotélicos de cidade e de cidadã*:

Tendo sido constituída para permitir que se viva, a cidade permite, uma vez que exista, levar uma vida feliz, ou seja, “viver bem”. Existindo então por uma finalidade que se confunde com sua própria natureza, a cidade é seu próprio fim, para si mesma (TÓRRES, 2005, p. 3).

A partir desta afirmação, podemos deduzir que a cidade nasce da necessidade que o homem tem de conviver com o outro. Aristóteles pressupõe que esta necessidade é algo ontológico ao ser humano, ao conceber o homem como ser um ser social e, do ponto de vista ético, reafirma a importância da comunidade ao defini-la como um meio através do qual o homem pode chegar a uma vida feliz.

Sobre a cidade e o cidadão, Reale e Antiseri afirmam que “[...] o bem do indivíduo é da mesma natureza que o bem da cidade, mas este ‘é mais belo e mais divino’” (REALE; ANTISERI, 1990, p. 208). O indivíduo deve viver para a cidade e não a cidade em função do indivíduo. Assim, entendemos o porquê de Aristóteles compreender o homem como um animal político. Desse modo, tanto para Aristóteles como para os filósofos gregos, o homem deve viver sua vida totalmente comprometido com a polis. Somente assim, ele viverá de forma ética e alcançará a felicidade. 29

É importante salientar que Aristóteles não considera cidadãos todas as pessoas que vivem na polis grega. Para ser cidadão, é preciso estar inserido na administração da cidade. Assim, os escravos e as mulheres não são cidadãos, segundo a concepção aristotélica, porque não participam da assembleia em que se discute o bem da *polis*. O filósofo divide a população livre em dois grupos, sendo os notáveis e a massa. Quanto essa divisão feita por Aristóteles, Solange Vergnières (1998) diz em sua obra *Ética e política em Aristóteles* que:

A população livre masculina depende da autoridade direta da lei. Aristóteles divide sempre esta população em dois grupos, os notáveis e a massa. Os critérios de pertinência ao primeiro grupo podem variar em função das constituições, mas supõem a posse de duas qualidades: ter recebido uma educação liberal e dispor de lazer suficiente para poder se ocupar da vida pública. Em geral, é graças a certas riquezas que se pode satisfazer a essas duas condições. A massa, do seu lado, é constituída

pela multidão dos pobres obrigados a trabalhar (VERGNIÈRES, 1998, p. 176).

Assim concluímos: a categoria de cidadão atingia um número restrito de pessoas. Certamente, podemos dizer que se tratava de pessoas privilegiadas e que tinham tempo livre para cuidar do bem da *polis*.

Sabemos que Aristóteles era um estrangeiro em Atenas – nascido na cidade de Estagira – e, por isso, possuía menos direito do que um cidadão ateniense. Assim sendo, segundo as leis que regiam a cidade de Atenas, Aristóteles não participava das assembleias, nem tinha direitos na cidade. No entanto, a proposta do filósofo é implantar, nesta sociedade ateniense e em todas as demais, uma ética universal, que levaria todos a viverem em sociedade com um único objetivo que é chegar ao “bem supremo”, ou seja, à felicidade.

6. CONCLUSÃO

Em suma, podemos concluir que Aristóteles muito contribuiu com o mundo grego e, posteriormente, com o mundo ocidental no que diz respeito à íntima relação entre vida na *polis* e vida ética. Podemos afirmar que o filósofo, através de sua reflexão ética, consegue colaborar de forma frutuosa no campo da sabedoria prática.

Através deste trabalho, podemos afirmar que a felicidade, conforme vimos no decorrer deste texto, é um fim em si próprio, está ligada totalmente ao âmbito coletivo, pois o homem é um ser de relações que só se realiza na vida em comunidade.

O tema central que buscamos tratar foi a felicidade. Tentamos responder ao longo deste texto qual é o caminho que conduz o homem à verdadeira felicidade. Para chegarmos a esta resposta, abordamos o pensamento de Aristóteles e, ao final do percurso, reafirmamos a sua tese, ou seja, só podemos afirmar que um homem é feliz se a sua vida é pautada pela razão e se está intimamente ligado à sua cidade, à sua comunidade.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. 2 ed. São Paulo: Forense, 2017.

BERTI, Enrico. **Perfil de Aristóteles**. São Paulo: Paulus, 2012.

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. **História da filosofia: antiguidade e Idade Média**. São Paulo: Paulus, 1990 [v. I].

RICKEN, Friedo. **O bem viver em comunidade: a vida boa segundo Platão e Aristóteles**. São Paulo: Loyola, 2008.

TÔRRES, Moisés Romanazzi Os conceitos aristotélicos de cidade e de cidadão. **Outros tempos**, v. 2, 2005, p. 1-10.

TRABATTONI, Franco. Aristóteles: A filosofia prática: a ética. In: VEGETTI, Mario; TRABATTONI, Franco (ORGS.). **História da filosofia antiga: Platão e Aristóteles**. São Leopoldo: Unisinos, 2018, p. 237-247.

VERGNIÈRES, Solange. **Ética e política em Aristóteles**. São Paulo: Paulus, 1998.

31

Juliano Neres de Campos

<http://lattes.cnpq.br/4738533788609560>